

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.191 - PB (2016/0080539-8)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : UNIÃO**  
**AGRAVADO : WELLINGTON FERNANDES GAMA**  
**REPR. POR : CARLA CILENE PEREIRA DE ARAUJO**  
**ADVOGADOS : MARCOS DOS ANJOS PIRES BEZERRA E OUTRO(S) -**  
**PB003994**  
**MANUELA ZACCARA SABINO - PB011647**

## **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interno manejado pela União contra decisão (e-STJ, fls. 158-159) que julgou prejudicado o recurso especial por ter sido arquivado definitivamente o processo que deu origem ao presente recurso.

Alega a agravante, em suma, que o recurso especial não perdeu o objeto, pois subsiste o interesse recursal.

Afirma que o processo foi arquivado por ausência de providências a serem tomadas pelo Juízo de primeira instância, ante o cumprimento da obrigação de fazer estabelecida. No entanto, o presente apelo teria como objeto justamente a existência dessa obrigação.

Sem impugnação, conforme certidão à e-STJ, fl. 171.

É o relatório.

De uma melhor análise dos autos, constata-se que, de fato, persiste o interesse recursal da União, não havendo se falar em perda de objeto, porquanto o motivo do arquivamento do feito originário não suplantou a questão trazida a lume no apelo extremo.

Assim, reconsidero a decisão agravada.

Com efeito, passo à análise das razões recursais.

O recurso especial foi interposto com base no art. 105, inc. III, alínea "a", da CF/1988, em oposição a acórdão do Tribunal Regional da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 231):

PROCESSUAL CIVIL:AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. EX-COMBATENTE. PENSÃO. - FALECIMENTO DA VIÚVA. REVERSÃO PARA FILHO INVÁLIDO. POSSIBILIDADE. VALOR INTEGRAL DO BENEFÍCIO. ÓBITO DO INSTITUIDOR DO BENEFÍCIO ANTES DO ADVENTO DA LEI 8.059/90. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR. LEIS NºS. 3.765/60 E 4.242/63. DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL NO CASO CONCRETO.RE 741724/PB.

- Agravo de instrumento a desafiar decisão que, em execução contra a Fazenda Pública, determinou a intimação da executada, ora agravante, para cumprimento da obrigação de fazer, no prazo de 30 (trinta dias), implantando-se o Benefício Especial de Pensão por Morte de Ex-combatente

# Superior Tribunal de Justiça

em favor do Exequente, com quota-parte de 100%, nos termos das Leis 3.765/60 e 4.242/63, f. 83-85.

- Considerando que a morte do instituidor ocorreu em 26/07/1986, f. 29, há que ser afastada a incidência da regulação posterior, no caso, o art. 14, parágrafo único, da Lei nº 8.059/90, como pretende a agravante.

- Na espécie, a regra de incidência é, exatamente, a legislação vigente ao tempo do referido evento-morte, qual seja, as Leis nºs. 4.242/63 e 3.765/60, tendo em, vista haver ocorrido antes do advento da Constituição Federal de 1988, que permitia a reversão da integral do valor percebido pelo instituidor. Precedentes:- PJE AC 08000692820144058311, Rel. Des. Fed. Francisco Wildo PJE AGTR 08034565520144050000, Rel. Des. Fed. Manuel Maia (Convocado); AC563368/CE, Rel. Des. Fed. José Maria Lucena; PJE AGTR 08036782320144050000, Rei:Des.Fed. Ivan Lira de Carvalho (Convocado).

- Ademais, a própria decisão definitiva do feito principal, o recurso extraordinário RE 741724/PB, f. 61-63, a respeito de determinar que a pensão especial seja equivalente à deixada por segundo-sargento, não refere-se especificamente à redução do valor percebido.

- Agravo de instrumento improvido.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 125-129).

Sustenta a recorrente, em preambular, a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios, configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973.

No mérito, aduz afronta aos arts. 467, 468, 471, 472 e 473 do CPC/1973, sob a alegação de ofensa à coisa julgada, porquanto já teria sido proferida decisão interlocutória, no processo de conhecimento, indeferindo a implantação do valor integral da pensão. Contra tal decisão não teria sido interposto recurso, vindo a transitar em julgado.

Dessa forma, a decisão recorrida estaria desobedecendo decisão transitada em julgado na ação ordinária.

O recurso foi admitido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ, fl. 151) e encaminhado a esta Corte.

É o relatório.

De início, não se conhece da suposta afronta ao art. 535, II, do CPC/1973, pois a recorrente limitou-se a afirmar, de forma genérica, a ofensa ao referido normativo sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem.

É fundamental que o recorrente desenvolva os argumentos que demonstrem a relevância da omissão para a solução da controvérsia, a fim de que o vício seja reconhecido por esta Corte como apto a ensejar a nulidade do julgado. A mera citação dos dispositivos legais invocados ou referência genérica aos aclaratórios bem como a simples indicação de pontos tidos como omissos sem a indicação de sua relevância para o deslinde da causa não suprem

a deficiência recursal.

Tal circunstância atrai a incidência da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA PROVA DE PAGAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC/73, a parte recorrente não evidenciou qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

[...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.001.267/PB, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. EXPULSÃO. CONSELHO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ATIVIDADE DE CONSULTORIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO ADOTADO PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. EXIGIBILIDADE SUSPensa (ART. 12 DA LEI N.º 1.060/50). ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1. Mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 579.011/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

# Superior Tribunal de Justiça

No tocante à suposta violação dos arts. 467, 468, 471, 472 e 473 do CPC/1973, observa-se que os referidos preceitos normativos não foram objeto de debate e deliberação pela Corte de origem, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, o que redundava em ausência de prequestionamento da matéria, aplicando-se, ao caso, a orientação firmada na Súmula 211/STJ (Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*).

Nos termos da reiterada jurisprudência desta Corte, para que se tenha por prequestionada determinada matéria, é necessário que a questão tenha sido objeto de debate, à luz da legislação federal indicada, com a imprescindível manifestação pelo Tribunal de origem, o qual deverá emitir um juízo de valor acerca dos dispositivos legais, ao decidir pela sua aplicação ou seu afastamento em relação a cada caso concreto, o que não se deu na espécie:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA, DE PLANO, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO APELO EXTREMO. INSURGÊNCIA DO AUTOR.

1. A ausência de enfrentamento da matéria pelo Tribunal de origem impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento. Incidência das Súmulas 211 do STJ e 282 do STF.

1.1. *In casu*, deixou o recorrente de apontar, nas razões do apelo extremo, a violação do artigo 1.022 do CPC/15, a fim de que esta Corte pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado quanto ao tema.

1.2. Esta Corte admite o prequestionamento implícito dos dispositivos tidos por violados, desde que as teses debatidas no apelo nobre sejam expressamente discutidas no Tribunal de origem, o que não ocorreu na hipótese.

2. No caso sub judice, para acolher a pretensão recursal acerca do alegado cerceamento de defesa decorrente do indeferimento da produção de prova, bem como acerca da existência de danos morais indenizáveis, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

3. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.458.813/SP, Rel. Min. MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 24/6/2019, DJe 1º/7/2019)

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATOS DE IMPROBIDADE - ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS - SÚMULA 7/STJ - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO -

# *Superior Tribunal de Justiça*

## SÚMULAS 282 E 356 DO STF E 211 DO STJ - INOVAÇÃO RECURSAL.

1. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o seu conhecimento (Súmula 211 do STJ), bem como é manifestamente inadmissível o recurso especial em relação às teses que configuram inovação recursal e, por isso, não foram apreciadas pelo acórdão recorrido.

2. Inviável análise de pretensão que demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. É inadmissível o recurso especial se o dispositivo legal apontado como violado não fez parte do juízo firmado no acórdão recorrido e se o Tribunal a quo não emitiu qualquer juízo de valor sobre a tese defendida no especial (Súmulas n.ºs 282 e 356/STF).

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp n. 15.180/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 10/5/2013)

Cumprе ressaltar que, no acórdão recorrido, se analisou a abrangência do título judicial, notadamente da decisão proferida no RE 741.724/PB. Todavia, não houve qualquer pronunciamento acerca da decisão interlocutória mencionada nas razões recursais, de modo que resta ausente o prequestionamento da matéria.

Ante o exposto, com fulcro no art. 1.021, § 2º, do CPC/2015, c/c o art. 259 do RISTJ, conheço do agravo interno para, em juízo de retratação, reconsiderar a decisão impugnada, e, com base no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator